

**Colóquio Internacional**  
**“Desigualdades e Políticas de Género”**  
**28 e 29 de Novembro de 2011**

**Oradores:** Manuel Carlos Silva (CICS/UM), Ana Jorge (CICS/UM), Aleksandra Queiroz (CICS/UM).

***Divórcio: análise de 400 processos de divórcio***

O Código Civil português, designadamente o Direito de Família, reflectia até à revolução de Abril de 1974 concepções patriarcais em termos de direitos cívicos, de liberdade pessoal, assim como na gestão da casa e dos bens patrimoniais comuns e até próprios.

Sem menosprezar a evolução, aliás positiva, da legislação no sentido de maior equidade de género, neste trabalho importa indagar, para além do papel do jurídico, quais os factores que permitem compreender e explicar a persistência e/ou redução de desigualdades de género no processo de divórcio, assim como os efeitos relativos à eventual partilha dos bens e respectivas consequências materiais e simbólicas, quer para os homens, quer para as mulheres, no pós-divórcio.

Este texto tem por base a análise das estatísticas oficiais, dos processos de divórcio e sobretudo alguns resultados dum inquérito por questionário no quadro de um projecto aprovado pela FCT e coordenado pelo primeiro autor intitulado “Desigualdades de género no trabalho e na vida privada: das leis às práticas sociais” (PTDC/SDE/72257/2006).

Os dados empíricos mostram que as posições de homens e mulheres nos processos de divórcio e pós-divórcio, assim como a presença e influência dos agentes judiciais por género, diferem em função de factores tais como o volume de recursos e recompensas, o lugar na esfera organizacional //familiar// e nos espaços de interacção e negociação de papéis, designadamente em contexto judicial. Neste sentido relevam recursos de vária ordem, designadamente os económicos, credenciais escolares, estatuto social, poder, conexões sociais designadamente familiares, entre outros. Dos dados se infere a relevância dos conceitos de classe e género, sendo de destacar a importância da articulação da abordagem marxista e weberiana com a feminista e, em contexto microsocia, a interaccionista simbólica.